



# ÉTICA NA POLÍTICA OU ÉTICA DO POLÍTICO?

---

Roberto Patrus Mundim Pena

---

São muitos os escândalos envolvendo corrupção na política brasileira. Não bastassem a crise provocada pelo desvio de verbas do orçamento e o impeachment de um presidente da República, os escândalos se sucedem: Sudam, Sudene, Banco Marka, compra de votos para reeleição, Lalau, violação do painel eletrônico do Senado... O fato é que o assunto ética na política está na pauta do dia. Mas é preciso esclarecer em que termos se tem reivindicado o uso da ética no exercício do poder. É esse o objetivo deste ensaio.

Segundo a concepção do filósofo grego Platão, a ação política deve ser julgada de acordo com a observância aos princípios éticos,

contemplados pelo rei-filósofo no Mundo das Idéias. Para Aristóteles, a vida política está associada à vida moral, na medida em que a pólis é compreendida como o melhor lugar para a atualização das potencialidades humanas. Enfim, a política, para os gregos, está associada à ética. Os princípios éticos são norteadores da ação política e a ela se impõem como imperativos.

---

*A partir de Maquiavel, o poder é compreendido como um jogo em que estratégias, táticas, coalizões e barganhas se multiplicam na tentativa de administrar o campo da política*

---

A modernidade operou uma ruptura com esse modelo. Para Maquiavel, considerado pai da moderna ciência política, a questão do bom governo ou do governo justo não é objeto de sua reflexão, mas a problemática utilitária de como conquistar e manter o poder. A partir de Maquiavel, o poder é compreendido como um jogo em que estratégias, táticas, coalizões e barganhas se multiplicam na tentativa de administrar o campo da política, entendida como uma arena de lutas de grupos e indivíduos que buscam a realização de seus interesses. Nesse contexto, a ética se vê separada da política. Um príncipe que quisesse se manter no poder deveria aprender a não ser bom e usar ou não da bondade, segundo a necessidade. Os ideais de bem ou de felicidade propostos pelos gregos não passam de idealismo para Maquiavel. Para ele, há tanta diferença de como se vive e como se deveria viver que aquele que abandone o que faz pelo que deveria fazer aprenderá antes o caminho da ruína do que o de sua preservação.

A concepção de Maquiavel não pode ser considerada amoral. Ela contraria a moral greco-cristã, para a qual seria imoral. A preocupação de Maquiavel é com a fundação de um Estado, condição necessária para disciplinar e limitar as ações dos homens. Maquiavel jamais

aprovou o uso do poder público para fins pessoais. A corrupção, a liberalidade no trato das finanças públicas e a utilização do poder para auferir vantagens e benefícios privados são duramente criticados por Maquiavel em suas obras políticas. O valor, na ética maquiaveliana, é deslocado dos princípios para os resultados. As ações políticas devem ser julgadas pelo critério do seu resultado, mesmo que, eventualmente, violem alguns princípios éticos. Os resultados devem favorecer a coletividade e essa máxima só se justifica em uma situação de crise, como a que a Itália vivia no tempo de Maquiavel.

Ao exigir ética na política, o que estamos reivindicando? Queremos o retorno à concepção grega, segundo a qual a justiça e o bem é que devem nortear as ações políticas, independentemente dos resultados? Ao pedir ética na política, estaríamos a condenar a ruptura entre ética e política promovida pela modernidade que Maquiavel inaugura?

---

***Condenam-se os políticos corruptos porque roubam dinheiro público, que é de todos, "é o meu, o seu, o nosso***

---

Em minha opinião, não estamos pedindo (ainda!) que a política seja

regida pela ética normativa grega. Sabemos que a política é a administração de interesses em conflito, cujos agentes se organizam para exercer influência em prol de uma decisão que lhes seja favorável. Em uma situação de crise, não é raro que uma decisão política não seja a mais justa, mas a menos injusta. Sabemos também que os grupos mais organizados exercem mais poder sobre os tomadores de decisão. E sabemos que a sociedade civil precisa se organizar justamente para exercer essa influência, que chamamos de cidadania. Como sugere Maquiavel, na esfera da política é difícil que as decisões sejam tomadas a partir de um imperativo ético a priori, principalmente porque as decisões políticas são o resultado do confronto de forças políticas em conflito e produzem conseqüências que precisam ser administradas. Parece-me que, ao reclamar a ética na política, reivindica-se, ao menos por enquanto, não a política do governo justo (normativo), mas a retidão moral do homem público, isto é, do sujeito particular. Condenam-se os políticos corruptos porque roubam dinheiro público, que é de todos, "é o meu, o seu, o nosso". Do mesmo modo, condenamos o assaltante que rouba um indivíduo. A ação é a mesma. O que muda é o objeto do roubo (dinheiro público ou dinheiro da vítima). Reivindicamos – e não é

pouco – a ética do político, não a ética na política.

Questiona-se a falta de moralidade dos políticos como indivíduos, mas não creio que estamos questionando a moralidade de políticas, como a política monetária do governo, que controla a taxa de juros no país. O aumento dos juros é analisado em função do seu resultado na economia, não em função de um princípio absoluto como a justiça. O plano de racionamento de energia é outro exemplo. Ele será julgado em função dos resultados que produzir – como na lógica de Maquiavel – ou em função de sua conformidade com o princípio universal de justiça? Creio que a crise energética é tão grave que o critério que rege o plano é o resultado, isto é, evitar, de todas as maneiras, um colapso do fornecimento de energia, o temido apagão. Prevalece, assim, a lógica de Maquiavel, para quem nunca se procura fugir a um inconveniente sem incorrer em outro e para quem a prudência consiste em conhecer a natureza desses inconvenientes e tomar como bom o menos prejudicial.

---

*Parece, pois, que ainda não se está pedindo ética na política, mas apenas ética do político.*

---

Ao exigir dos políticos retidão no

trato da coisa pública, não há ruptura com o paradigma político da modernidade. O resultado ainda parece constituir o critério mais importante para o julgamento de uma ação política. A questão ética que se impõe é: como estabelecer limites para que os resultados esperados de uma determinada política não violem princípios fundamentais? Ou ainda: qual o limite da violação dos direitos individuais para a garantia de resultados que favoreçam a coletividade? Não é essa a pergunta a respeito do racionamento de energia?

Parece, pois, que ainda não se está pedindo ética na política, mas apenas ética do político. Deseja-se que ele seja íntegro, honesto e que não lese o patrimônio público. A ação política, no entanto, parece pautar-se pelo critério da eficiência e da utilidade. Não se ousou ainda reivindicar que a idéia de bem se imponha como imperativo norteador para o estabelecimento de ações, estratégias, coalizões ou táticas políticas. Tal exigência pareceria idealista e utópica, pois, no caso de sua implementação, os resultados poderiam ser comprometidos, levando inclusive ao contrário do ideal que norteou a ação. Todos gostaríamos que a política fosse regida pelos critérios éticos de justiça e de bem. Mas o que reclamamos, por enquanto, é muito

menos: queremos que o homem público não roube o dinheiro dos nossos impostos. Queremos a ética do político. A ética na política é outra coisa.

---

Rôberto Patrus Mundim Pena é professor da FACE-FUMEC, psicólogo, filósofo, especialista em Filosofia da Religião, mestre em Administração e doutorando em Filosofia.  
E-mail: robertop@gold.com.br

---